

68
B

	 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA APA MARIMBUS IRAQUARA	 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA APA MARIMBUS IRAQUARA
Controle	Elaboração	Validação
ATA - 003/2017	Erika Campos	Erika Campos

1. DADOS DA REUNIÃO

Data	Hora início	Hora término	Local
30/08/2017	09 h	13h	Clube Pirajá – Itacaré

2. PAUTA

Item	Descrição
Tema 01	Informes
Tema 02	Validação das atas das reuniões anteriores
Tema 03	Alinhamento dos Planos de Ação da APA CISG e do PESC
Tema 4	O que ocorrer

3. PARTICIPANTES MEMBROS DO CONSELHO GESTOR - ver lista de presença em anexo

4. PARTICIPANTES CONVIDADOS - ver lista de presença em anexo

5. RELATORIA

Pauta	Assunto
Informes	Erika informou que as reuniões conjuntas da APA e do Pesc ocorrerão predominantemente em Itacaré no segundo semestre. Conforme solicitação dos Conselhos, Marcelo Barreto (PESC) está articulando junto ao Corpo de Bombeiros um curso Básico de Prevenção e Combate a Incêndios florestais, que será realizado no Parque. Erika (APA) solicita que os conselheiros que necessitam de caronas informem com antecedência ao INEMA para que se providencie a logística adequada de forma planejada. Erika pede que quando houver demandas específicas para a sua presença em Itacaré, que seja solicitado com antecedência, porque ainda não foi liberado para a APA um carro do INEMA e ela acaba tendo que usar o seu carro pessoal. Sofia (UESC) informou que o aplicativo Coruja está funcionando e está disponível para receber as denúncias, com equipe para fazer a triagem necessária, mas é preciso fazer testes na área rural para que se possa aprimorar o seu uso. Jomar (UFSB) informa que foram liberadas as listas de espécies ameaçadas da flora e da fauna na Bahia. Cosme (Prefeitura de Itacaré) pede atenção para o desmonte da legislação ambiental, que vem trazendo processos de resistência do movimento ambiental e solicita aos conselheiros que estejam atentos as redes sociais, pois é preciso que se resista a essa flexibilização e as petições podem conseguir bloquear alguns deles. Rui (Floresta Viva) apresentou o livro Licenciamento Ambiental e Governança Territorial que traz um capítulo sobre o Porto Sul. O livro está disponível eletronicamente pela internet. Erika anuncia que a ata está sendo realizada pelo Secretário Executivo do Pesc e solicita uma integração entre as secretarias executivas da APA e do PESC.
Aprovação das atas	As atas das reuniões anteriores do CG APA e CISG e CG PESC, bem como a das reuniões conjuntas, foram aprovadas pelos Conselheiros presentes e ficou acordado que a cada reunião, a respectiva ata seria enviada



Validação

Erika Campos

2 / 6

⑤

fatando os seus terrenos para seus filhos e netos e traz a questão da invasão na Camboinha e responsabiliza o Estado por não cuidar da questão fundiária. D. Otilia traz consciência sobre as nascentes na Marambaia. Marcelo (ASI) diz que está ocorrendo o mesmo em Jeribucaçu. Marcelo Barreto pondera que a responsabilidade é de todos, quem constrói irregular, os políticos que incentivam, quem está fatiando terrenos, a prefeitura que não fiscaliza as ocupações, etc. Nelson traz a necessidade do estudo de capacidade da cachoeira do Tijupe, que chega a receber 1.500 pessoas por dia em uma área privada de RPPN. Reinaldo da Secretaria de Turismo diz que não existe a criação de controles sobre os TR's emitidos, se eles estão de fato sendo cumpridos pelos empresários. Ele traz a questão do saneamento e a necessidade de criar uma estratégia para avançar. D. Otilia questiona a proibição de produtos da roça no festival de gastronomia de Itacaré, pois só era permitido vender couve, banana, etc. Cosme solicita esclarecimento sobre a Aliança Territorial e questiona se é possível integrar atores de Itacaré. Marcelo da ASI questiona sobre as decisões a respeito das compensações ambientais que ele ficou sabendo pela imprensa. Houve uma discussão sobre o tema, mas não foi convidado para decidir o TAC do Condomínio São José. Gostaria de ter sido convidado pelo menos como ouvinte, pedindo clareza e transparência. Erika agradeceu a D. Otilia pelo convite para a Associação Embauba para esclarecer temas como a Aliança Territorial e do TAC. Ela esclarece sobre a Aliança Territorial, afirmando que os presidentes dos conselhos do Pesc e da APA foram convidados para participar dessa proposta de renovação do apoio do FUNBIO e esse coletivo de organizações foi denominado Aliança Territorial e busca captar recursos para projetos no corredor ecológico Esperança Conduru, incluindo os planos de ação dos conselhos. Sobre o TAC, informou que Aline fez um termo de ajuste de conduta em virtude dos ilícitos ambientais cometidos pelo empreendedor e precisa se regularizar para poder continuar operando. O recurso está sendo destinado para tentar solucionar a questão da regularização fundiária que é prioritária. O TAC é feito diretamente entre o MP e o infrator. A escolha da destinação do recurso foi feita pela Promotoria, que entendeu que a regularização é prioritária. Pessoas estão lá há 20 anos, sem acesso a água, serviços básicos do Estado. Alisson informa que a ASI que está envolvido há 20 anos no conselho da APA e hoje não tem o mínimo de condições de trabalhar, nem mesmo um computador e solicita que o recurso que chega pelo MP entre para estruturar as associações que estão comprometidas com o funcionamento da APA. Gilberto traz a questão de Tesouras, da Associação PA Nova vida, que fica no Vale Negro e questiona a legalidade de pessoas que voltam para dentro do Parque para receber indenização. Duda esclarece que não há possibilidade de novos posseiros receberem, so aqueles que estavam na área antes da criação do PESC. A priorização das Tesouras é porque as pessoas vivem com muita dificuldade, já houve a perda da vida de uma criança de 5 anos de idade, que morreu lá dentro por causa de verminose, é uma questão crítica que envolve vidas. Erika traz que Dra. Aline quer manter o recurso dos TACS locais aqui no território e que a próximas demandas serão executadas pela Taboa. A Associação de Surf gostaria de ser informada. Rui traz que a ASI está reivindicando apoio e informação para poder contribuir para o conselho e que é preciso que as organizações se conheçam e se valorizem para que essa energia que está aqui possa resolver as questões. Nelson teme que a punição aos empresários de forma de multa seja uma forma de

captação de recursos para os conselhos e ele acha que não deve ser assim. Cosme traz um desconforto com a exclusão das organizações de Itacaré dentro da Aliança Territorial, pois não é uma aliança local. Ele acha que deve se convidar instituições de Itacaré e que os recursos da Camara de Compensação é que devem ser usados no para criar condições para a regularização fundiária. Ele acha que o Fórum do conselho da APA e do Pesc pode sensibilizar o MP e o Funbio para os projetos de Serra Gradne e Itacaré. Juntos devemos cobrar do Estado a regularização fundiária, que é o seu dever. Beto trouxe novamente uma fala sobre quem é a Aliança Territorial e qual é o seu papel e enfatiza que haverá uma pauta específica para isso na reunião do dia 13 de setembro. Erika traz esses dois últimos pontos de pauta para a próxima reunião. Cristina informa o telefone da Associação de guias de Itacaré (Miquiba) 99804-2550 para participação na próxima reunião.

6. AVALIAÇÃO DA REUNIÃO

Avaliação

8. ENCAMINHAMENTOS

9. CONCLUSÃO

Nada mais havendo para tratar, encerrou-se a reunião. Para fins de acompanhamento, segue ajuda memória para monitoramento dos compromissos assumidos.

10. ASSINATURAS

Discrepan
Horacio Brito
Antônio Vinício